

## O “REGIME DE THEMATA” EM BIZÂNCIO: ECONOMIA AGRÁRIA, SOCIEDADE E MILITARIZAÇÃO.<sup>1</sup>

Rafael Mansano Dalbon  
Prof. Dr. Celso Taveira (orientador)

De Roma à Bizâncio o caráter militarista de suas políticas externas fundamentam amplamente as bases de constituição e consolidação de suas estruturas administrativas de Estado. Diante do processo das grandes “invasões bárbaras”, ocorre o definhamento do Império Ocidental no século V e a permanência de uma estrutura política e burocrática no Oriente. Porém, desde a fundação de Constantinopla em 330, novos elementos passaram a compor um modelo particular de organização do Estado em Bizâncio. A idéia de Estado e de Direito Romano sofreu no Oriente a influência permanente e decisiva do helenismo e do Cristianismo, na formação de um Estado capaz de opor-se às pressões externas e de manter sua organização interna ao longo de toda a Idade Média (330-1453).

Buscamos neste trabalho analisar como Bizâncio pode sobreviver e manter-se diante da degeneração causada pelos invasores, contexto no qual o Império do Oriente sofre com as conseqüências da política universalista de Justiniano (no final do século VI), que acarretou em uma profunda crise interna e externa responsáveis pelo quase desaparecimento de Bizâncio. A tentativa de reaver o território ocidental provocou o enfraquecimento do exército, além de ter possibilitado o avanço de invasores em territórios orientais. Assim, o pagamento de altos tributos para invasores, seguido de uma sobrecarga de impostos cobrados à população, provocou o enfraquecimento dos pequenos proprietários diante dos grandes arrendatários. Mesmo tendo desenvolvido também políticas de fortificação das fronteiras do Império, Justiniano exauriu as finanças e o exército, deixando Bizâncio à beira de uma crise generalizada.

Nessa complicada situação encontra-se o drama do reinado de Heráclio (610-641). Sua dinastia significou para Bizâncio a luta por sua existência diante do avanço dos persas e mais tarde contra os árabes. Sob a dinastia de Heráclio podem ter sido definidas as reformas administrativas mais importantes para a história de Bizâncio, que tinham como objetivos a defesa e reorganização das estruturas do Estado. Segundo Luis Bréiher, Heráclio tinha 35 anos quando assumiu o trono, desempenhando com grande valentia seu objetivo de restaurar o Império, restabelecendo a ordem, reformando o Estado, reorganizando o exército e reconquistando as províncias perdidas para os persas.<sup>2</sup> O ponto de partida dessas transformações pode ser a reforma de Heráclio, iniciada a partir de 610 e concluída em 717 (externamente).

---

<sup>1</sup> Esse estudo faz parte do Projeto: “*Política, religião direito e ideologia na Idade Média*”, desenvolvido com financiamento da Cnpq (PIBIC/CNPq/UFOP) no período de 01/08/2003 a 31/07/2004.

<sup>2</sup> BRÉHIER, L. *Vida y muerte de Bizancio*. 1956. p.43

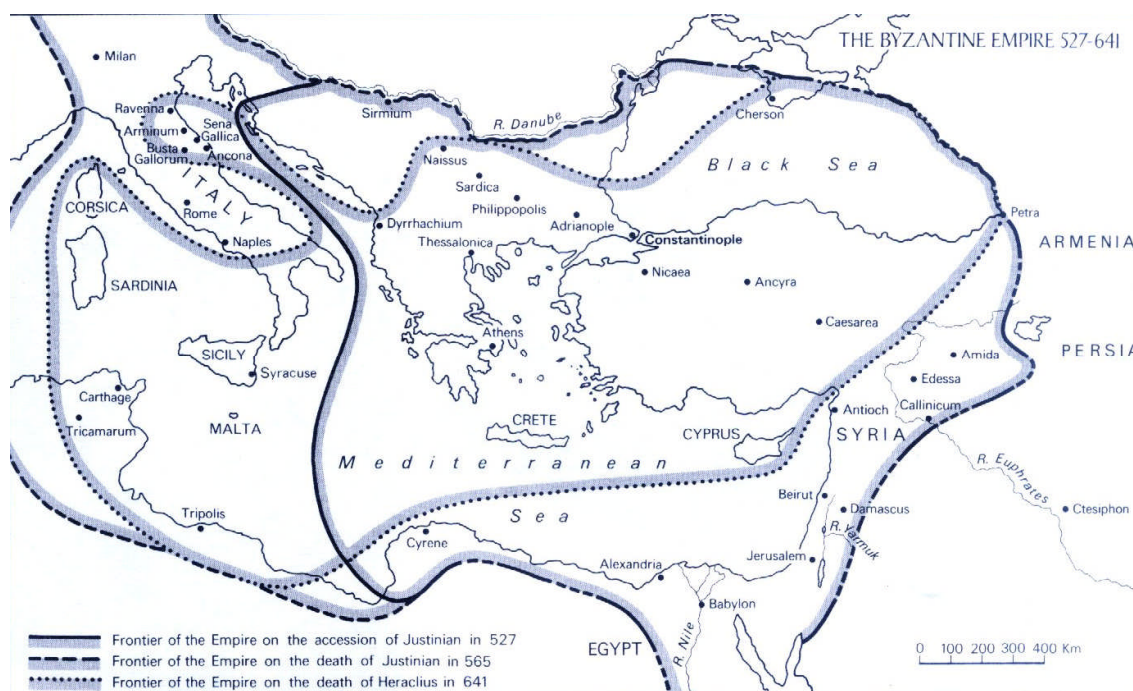


FIG. 2: "O Império Bizantino 527-641."

Fonte: BROWNING, Robert. *The Byzantine Empire*. Revised edition. Washington D. C.: The Catholic University of America Press, 1992. p. 2

Diante da expansão persa, em fins do século VI e início do VII, o império reduzia-se à Ásia Menor, algumas regiões de Itália (Ravena, Roma, Calábria, Sicília e Sardenha) e a região ao sul do Danúbio, onde sua soberania era extremamente precária. Portanto ocorre uma transformação da ordem política e da estrutura social em Bizâncio, que marca a transição do Estado burocrático romano-tardio para um Estado essencialmente militar. Por toda a história bizantina, desde sua caracterização (como uma continuidade da estrutura romana de organização) e ao longo de sua permanência como Estado no Oriente, o elemento militar se apresenta como eixo principal da manutenção do Império Bizantino. Segundo Charles Diehl, possuir um bom exército era o fator mais importante para a manutenção do Império Bizantino. "*O exército – diz o imperador – é para o Estado o que a Cabeça é para o corpo. Se não cuidarmos bem dele, estaremos comprometendo a salvação do próprio império*".<sup>3</sup>

O avanço persa conquista Antioquia em 611, Damasco e Tarso em 613 e Jerusalém em 614. No ano seguinte, os Sassânidas atravessam a Ásia Menor avançando até o Bósforo; simultaneamente, os ávaros cercavam Constantinopla pelo outro lado; e em 619 o Egito também é conquistado. Diante dessa situação, o desaparecimento do império parecia apenas uma questão de meses. Heráclio já pensava em se retirar para a África, entretanto em 622 teve início a contra-ofensiva bizantina, respaldada pelo tratado de paz com os ávaros (de 619), e apoiado em um entusiasmo religioso despertado em Constantinopla. Uma audaz ação estratégica é desenvolvida por Heráclio, que visava atacar principalmente o centro do império persa, ao invés de uma conquista paulatina das províncias orientais perdidas. Então, o desembarque de tropas e uma rápida campanha puderam surpreender os persas na Calcedônia. Após três anos a ofensiva torna-se vitoriosa na Armênia e Cilícia (Ásia Menor). Porém, o líder persa Cosroes contrapõe a estratégia bizantina deixando uma parte de seu exército envolvendo a ofensiva de Heráclio enquanto outro grupo atacava a retaguarda bizantina: a capital

<sup>3</sup> DIEHL, Charles. *Os grandes problemas da história Bizantina*. 1961. p.102

Constantinopla. Em 626 os persas penetram novamente na Ásia Menor e Constantinopla acaba sendo sitiada por persas e eslavos. Nesse momento Heráclio estava com suas tropas na Armênia, mas manda um pequeno contingente para socorrer a capital, enquanto eram definidas a derrota dos ávaros e a expulsão dos persas da Ásia Menor novamente. Na capital, o patriarca Sérgio comanda a vitoriosa defesa, e a partir de 627 desencadeou-se uma forte ofensiva em direção sul, desde posições na Armênia, onde se obteve êxito decisivo ao chegar ao vale do Tigre em regiões próximas a Ninive.

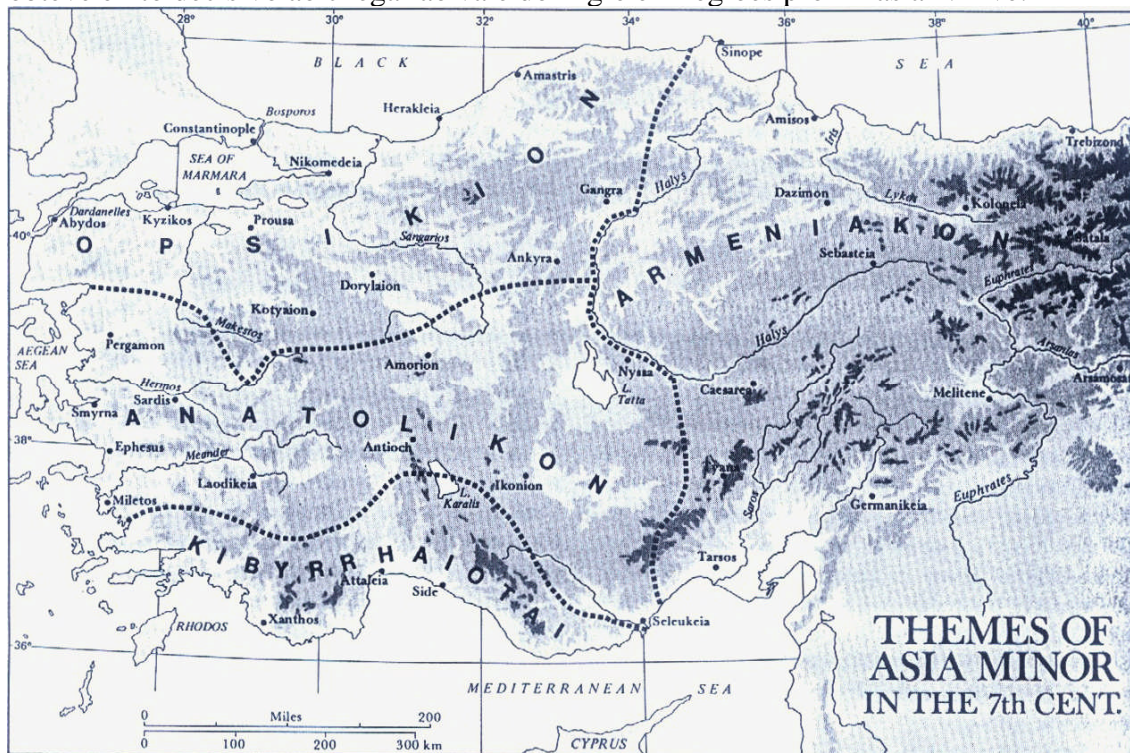


FIG. 5 – “*Themas* da Ásia Menor no século VII”.

Fonte: *THE AMERICAN HERITAGE DICTIONARY*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1991.p. 2034

### O *thema* bizantino:

O regime de *themata* consiste no posicionamento de tropas em uma determinada área com o objetivo de oferecer resistência fronteiriça contra as incursões estrangeiras. A palavra “*thema*” remete a um corpo ou uma tropa do exército aplicada a novas circunscrições militares, o que esclarece amplamente o regime da nova ordem administrativa. Este regime surge mediante o assentamento de tropas em áreas da Anatólia (atual Ásia Menor), áreas que representam, além de uma unidade administrativa e fiscal, também um território de assentamento e recrutamento de tropas. Para a administração e principalmente para a manutenção da autoridade militar, é nomeado pelo imperador um “*estratego*” (termo em grego que determina um chefe de tropas militares) de sua confiança.

*“THEME, term for a military division and for a territorial unit administered by a strategos who combined both military and civil power. The etymology and origin of the term is under discussion. J. Howard-Johnston suggested an Altaic origin for the word-from tuman, “ten thousand men”; however, Constantine VII explicitly*

*affirms that the word is Greek, originate from thesis. N. Oikonomides believes it was a equivalent to katalogos, the list of the soldiers.*<sup>4</sup>

Adota-se assim, uma política ao mesmo tempo social, econômica e militar, capaz de proporcionar ao campesinato e ao exército uma função definida e muito importante em dois principais aspectos. Primeiramente, proporciona condições aos camponeses de ocupar e defender permanentemente os territórios limítrofes. Em seguida, ocorre a substituição do exército de mercenários estrangeiros por camponeses, o que implica em amplas repercussões sociais. Por um lado, possibilitou-se minorar gastos com soldo militar, além de instituir-se um forte vínculo entre a administração central e os “*soldados-camponeses*”, e por outro lado, tornou sua relação com a terra um princípio inalienável, visando a manutenção do sistema de pequenas propriedades. Os camponeses passam a ser chamados “*estratiotas*” (“soldado” em grego), recebendo uma pequena propriedade ao assumir compromissos fiscais e principalmente militares com o Estado. Esse sistema determinou a fixação de um contingente em linhas defensivas do território imperial, o que significou um fortalecimento da capacidade de defesa. Conseqüentemente, diante de uma estrutura baseada em pequenas propriedades, possibilitou-se a manutenção de uma forte e importante base fiscal para o Estado, fundada no “*chorion*” (“aldeia” em grego).

*“CHORION, in the classical language designated “place”, a meaning retained by Byz. Sources. In papyri, from the 3<sup>rd</sup> C. onward, the term acquires the sense of VILLAGE, and it is the term for village in the both the FARMER’S LAW and the Teatrise on Taxation, whereas in hagiography it alternates with the classical kome. [...] The term chorion also had a fiscal connotation, esp. in the expression RHIZA CHORIOU. The agrarian legislation of the 10<sup>th</sup> C. emphasized the economic and fiscal solidarity of the chorion, considering it as the VILLAGE COMMUNITY. A chorion could also be a rural, juridical entity with legally defined borders that, in their development over time, might not correspond to the real geographical borders and appearance of a “physical” village. Very rarely, the term meant a landed estate.*<sup>5</sup>

A principal tese proposta sobre os *themata* e suas implicações apresenta-se na obra “*História do Estado Bizantino*” de Georg Ostrogorsky<sup>6</sup>. De início o autor admite que a escassez de fontes só nos permite reconhecer as profundas transformações

<sup>4</sup> “THEMA, termo usado para uma divisão militar e territorial administrada por um *strategos* que combinava tanto poder civil quanto militar. A etimologia e a origem do termo estão em discussão. J. Howard-Johnston sugeriu uma origem “*Altaica*” para a palavra – de *tümän*, “dez mil homens”; Constantino VII, afirma explicitamente que a palavra é grega, originada de *thesis*. N. Oikonomides acredita que seria o equivalente a *katalogos*, a lista de soldados.” [KAZHDAN, Alexander P. (ed.). *The Oxford Dictionary of Byzantium*. 1991. p.2034; tradução nossa].

<sup>5</sup> “CHORION, na linguagem clássica era denominado “lugar”, um significado mantido por fontes bizantinas. Em papiros do III século, o termo adquiriu o sentido de “Vila”, e este é o termo para vila em ambos: “*Lei Agrária*” e “*Treatise on Taxation*”, sendo que na hagiográfica alterna para o termo clássico *kome*.[...] O termo *chorion* também possuía uma conotação fiscal, especialmente na expressão RHIZA CHORIOU. A legislação agrária do século X enfatizava a solidariedade fiscal e econômica do *chorion*, considerando-o como uma “COMONIDADE VILAREJA”. O *chorion* podia ser também rural, uma entidade jurídica com limites legalmente definidos que, em seu desenvolvimento temporal, pode não corresponder aos limites geográficos reais e a aparência “física” da vila. Muito raramente o termo significava uma propriedade e terra.” [*Idem, Ibidem*.p.431; tradução nossa].

<sup>6</sup> A primeira edição desse trabalho de Georg Ostrogorsky foi publicada em 1956.

internas, as quais ocorreram diante das invasões eslavo-ávaras pelo norte e dos persas em províncias orientais, de uma maneira bastante esquemática. Mas enfatizando que: *“todos los indicios hacen creer que precisamente en aquellos años críticos la organización administrativa y militar experimentó una renovación esencial y se inició la organización de la constitución en themas”*<sup>7</sup>

Segundo Georg Ostrogorsky, foi na tentativa de conter as invasões e reincorporar as áreas invadidas que Heráclio instaurou reformas administrativas e militares, principalmente diante da guerra contra os persas e eslavos, contexto no qual se formaram os *themata*. Assim, o autor vincula a formação dos primeiros *themata* a mobilização de tropas feita por Heráclio com o objetivo de conter tais invasões.<sup>8</sup>

*“Aquellos territorios de Asia Menor que se habían librado de la invasión enemiga fueron divididos por Heraclio en grandes circunscripciones militares llamadas themas, con lo que se creó la base para un sistema que sería característico para la administración provincial del Estado bizantino medieval a lo largo de varios siglos.”*<sup>9</sup>

Segundo menciona Ostrogorsky<sup>10</sup> os primeiros *themata* teriam sido os de “*Opsikion*”, dos “*Armênios*”, dos “*Anatólios*” e possivelmente o *thema* marítimo dos “*Carabisianos*” na costa meridional da Ásia menor.

*“Su Victoria había puesto en posesión de aquellos territorios de Armenia y del Cáucaso, cuyos belicosos pueblos proporcionaban al Imperio sus mejores soldados. Heraclio convirtió a Armenia en un territorio de reclutamiento y puso a su frente miembros de la nobleza indígena, confiriéndoles poderes militares y civiles. Tal fue el origen del thema de los Armeníacos”.*<sup>11</sup>

Ostrogorsky considera que as fontes mais importantes para a época de Heráclio, também as únicas fontes gregas referentes ao período, são as Crônicas de Teófanos e do patriarca Nicéforo. A crônica de Teófanos, escrita entre 810 e 814, expressa uma continuação da crônica de Jorge (el Sincelo) sobre um longo período entre 284 e 813. A partir dessa obra de Teófanos, fundamentada sobre fontes mais antigas, obteve-se informações de grande importância para os séculos VII e VIII. Teófanos apresenta um sistema cronológico meticuloso, contribuindo como base principal para a orientação do estudo de Ostrogorsky sobre esse período bastante obscuro da história bizantina.

<sup>7</sup> OSTROGORSKY, Georg. *Historia del Estado Bizantino*. Tradução de Javier Facci. Madri: Akal Editor, 1983. p.107

<sup>8</sup> Ostrogorsky apresenta uma ampla discussão entre as fontes existentes para um período de incerteza cronológica, tomando por base os textos de Teófanos, na tentativa de organizar cronologicamente as fontes. Assim o autor enquadra a maior possibilidade de ter sido Heráclio o instaurador do regime. Ver OSTROGORSKY, Georg. *Historia del Estado Bizantino*. Tradução de Javier Facci. Madri: Akal Editor, 1983. pp 107-108.

<sup>9</sup> *Idem, ibidem*. p.108

<sup>10</sup> *Idem, ibidem*. p.109

<sup>11</sup> BRÉHIER, Louis. *Vida y muerte de Byzancio*. Trad: José Almoína. México: Union tipografica editorial hispano americana, 1956. p.46

Nicéforo, patriarca de Constantinopla (entre 806 e 815), produziu uma sucinta história entre 602 e 769 utilizando praticamente as mesmas fontes que Teófanos.<sup>12</sup>

De acordo com Ostrogorky, essa escassez de fontes gregas é compensada, em partes, pelos escritos orientais como a obra do bispo armênio Sebeos, que escreveu em entorno de 660 uma “História de Heráclio”. A “*Crônica Universal*” do bispo Juan de Nikiu (Egito) de finais do século VII; as várias crônicas anônimas sírias (contemporâneas e posteriores) e também a obra de Miguel o Sírio; os “*Milagres de São Demétrio*” (importante fonte para as invasões eslavas nos Bálcãs), datada do século VII; e principalmente a “lei agrária”; representam fontes também elencadas por Ostrogorsky em seu trabalho.<sup>13</sup>

A Lei Agrária (*Nomos Goergicos*) representa um documento de grande importância para compreendermos o sistema agrário bizantino, bem como analisar como as evoluções ocorridas no campo diante da instauração dos primeiros *themata* no início do século VII. Segundo Ostrogorsky<sup>14</sup>, o documento apresenta capítulos extraídos de uma seleção de códigos de Justiniano I, contendo também extratos de uma obra jurídica de Justiniano II. Diante das discussões sobre a origem desse Código Rural, o autor menciona um “Livro de Justiniano”, que seria um escrito legislativo de autoria de Justiniano II. Lemerle também considera que não há argumentos para refutar essa implicação, mas acredita que o Código não representa um texto oficial, o qual não se pode atribuir a um imperador determinado. Quanto às influências sobre essa lei agrária, Vernadsky considera que a constituição do direito comum a terra está diretamente relacionada à invasão eslava sobre territórios byzantinos.<sup>15</sup> A teoria eslava sobre as origens da lei agrária assenta-se sobre a agricultura comunal, a influência do direito agrário eslavo sobre Bizâncio e sobre um ato de legislação iconoclasta. Também é mencionada uma comparação dessa lei com a *Écloga* (sistema egípcio de imposto e divisão de posse sobre terras), contudo fato mais importante é que o Código Rural remete a um período no final do século VII, no qual torna-se essencial para compreendermos as transformações ocorridas no campo.

Diante das amplas menções feitas por importantes teóricos (como Ostrogorsky, Lemerle, Bréhier, entre outros), pudemos constatar que a Lei buscava basicamente, tornar a pequena propriedade em relação ao camponês livre um princípio inalienável assim como regulamentar as atribuições da comunidade campesina para com os encargos fiscais.

...

Sobre o contexto de formação da instituição das pequenas propriedades em Bizâncio, Lemerle refere-se à proposta de Ostrogorsky, considerando seu trabalho como o mais sistemático e bem acabado sobre o tema. Contudo, diante da tese do “*soldado-camponês*”, que teria sido fundamentado pelo regime de *themata* de Heráclio, Lemerle apresenta algumas contestações; atentando-se ao fato de não haverem referências documentais que possam atestar a instituição dos *themata* no século VII, já que a referência apresentada por Lemerle data do século IX (sob Justiniano II). Outra questão colocada assenta-se sobre as possibilidades de terem existido os “*soldados-camponeses*”. Primeiramente, partindo do “*tratado de táticas*”, que especifica as funções atribuídas aos soldados com a condição de exclusividade de sua dedicação às armas. Esse “*tratado de tática*” (*Nomos Stratiotikos*) é uma coleção de

<sup>12</sup> *Idem, ibidem*. pp. 99-101

<sup>13</sup> *Idem, ibidem*. pp.101-103

<sup>14</sup> *Idem, Ibidem*. pp.102-103

<sup>15</sup> As idéias de Vasiliev e de Uspensky são citadas pelo autor em acordo com essa hipótese. Ver em VERNADSKY, Georges. R. Byzantium. 2, 1925.

aproximadamente 55 regulamentos, principalmente penais e disciplinares, para soldados. A extensiva tradição historiográfica oferece numerosas recensões a partir das quais o texto original não pode ser reconstruído com certeza; já que as fontes referenciais para os títulos são obscuras, imprecisas, ou incompletas. A primeira compilação é de aproximadamente do final do século VI; a outra incluída somente depois, certamente em meados do século VIII. O código engloba os princípios básicos da lei militar, a fim de reforçar a disciplina ou rejeitar condutas indesejáveis dos soldados. Assim, estes não poderiam dedicar-se nem a produção agrícola e nem ao comércio, e apesar de gozarem de amplos privilégios, não deveriam possuir terras, alegando que o tratado não prevê punições sobre uma possível perda da posse dessa terra.<sup>16</sup>

O objetivo do artigo de Lemerle é lançar luzes ou vias de discussão sobre a história agrária bizantina, diante da nova proposta de trabalho de Ostrogorsky. Mostra-se também como um artigo de caráter provisório sobre estudos pouco consolidados, no qual o objetivo é despertar o interesse sobre o tema enfatizando as lacunas a serem supridas, diante de uma grande escassez de fontes referentes ao século VII. Dessa forma, Lemerle estabelece linhas gerais de discussão sobre formas de abordagem acerca do assunto; propondo vias para esclarecer algumas abordagens sobre as lacunas apresentadas pela história agrária bizantina, através de uma análise sistemática de fontes cronologicamente dispostas.

Apesar do artigo apontar essas questões sobre a tese de Ostrogorsky, Lemerle o considera um importante referencial para estudos sobre a história agrária bizantina, por levantar sua proposta sobre um campo de difícil discussão. Mesmo que Lemerle tenha apresentado outras possibilidades de interpretação sobre os sistemas agrários em Bizâncio, as fontes não fundamentam amplamente suas propostas, e nem é esse o objetivo de seu artigo. Assim, devido à abordagem de fontes apresentada por Ostrogorsky, bem como à forma com que as interpreta, a sua tese é considerada o trabalho mais pertinente sobre a história agrária bizantina. Se as fontes são insuficientes para se chegar a amplas conclusões sobre a fundamentação e organização dos *themata* bizantino, certamente o trabalho de Ostrogorsky define a principal e mais aceita tese sobre como pode ser suprida essa lacuna da história de Bizâncio.

---

<sup>16</sup> LEMERLE, *op. cit.* pp.70-74

## BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. “Ao sul do Danúbio”. In:\_. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992. pp. 255-282.
- ANGOLD, Michael. “A divisão dos caminhos” e “Bizâncio e o Ocidente”. In:\_. *Bizâncio: a ponte da Antiguidade para a Idade Média*. Tradução de Alda Porto Santos. Capítulos III e VI. [?]: Imago, 2002.
- ANTONIADIS-BIBICOU, Hélène. “Les circonscriptions douanières.” In:\_. *Recherches sur les douanes a Byzance: l’ octava, le Kommerkion et les commerciales*. Cahiers des Annales. Paris: Librairie Armand Colin, 1963. pp. 193-215.
- BON, Antoine. “Organization civile, religieuse et militaire”. In: LEMERLE, Paul (dir.). *Le Péloponnèse Byzantin jusqu’ en 1204*. Cap. III. (ouvrage publié avec le concours du centre national de la recherche scientifique). Paris: Presses Universitaires de France, 1951. pp.89-118.
- BRÉHIER, Louis. *Vida y muerte de Byzancio*. Tradução de José Almoína. [México]: Union Tipografica Editorial Hispano Americana, 1956. pp.29-62.
- BROWNING, Robert. “The Struggle to Survive (641-867)”. In:\_. *The Byzantine Empire*. Revised edition. Washington D. C.: The Catholic University of America Press, 1992. pp. 41-91.
- CAMERON, Averil. “O texto como arma: polêmica na idade das trevas de Bizâncio.” In: BOWMAN, Alan K.; WOOLF, Greg. *Cultura Escrita e Poder no Mundo Antigo*. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ed. Ática, 1998. pp. 242-263.
- DAGRON, Gilbert. *Empereur et prêtre: étude sur le césaropapisme byzantin*. Paris: Éditions Gallimard, 1996.
- DIEHL, Charles. *Os grandes problemas da história Bizantina*. Tradução de Frederico Ozanan Pessoa de Barros. São Paulo: Ed. das Américas, 1961.
- DUCELLIER, A; KAPLAN, M; MARTIN, B. *A idade Média no Oriente, Bizâncio e o Islão: dos bárbaros aos otomanos*. Tradução de Luís de Barros. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.
- ESPINOSA, Fernanda. *Antologia de textos históricos medievais*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1981.
- FRANÇA, Júnia Lessa. *Manual para Normatização de Publicações Técnico-científicas*. 6ª ed. revisada e ampliada. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2003.
- HEERS, Jacques. *História Medieval*. Tradução de Maria Tereza A. P. de Queiroz. Rio de Janeiro-São Paulo: DIFEL, 1977.

HERRERA, Héctor C.; MARÍN, José R. *El Império Bizantino: introducción histórica y selección de documentos*. Santiago (de Chile): LOM Ediciones Ltda, 1998.

HERRIN, Judith. "A Christian Millennium: Greece and Byzantium". In: BROWNING, R.(org). *The Greek World: Classical, Byzantine and Modern*. London: Thames & Hudson, 1999. pp. 235-250.

JENKINS, Romilly. "Heraclius". In: *Byzantium: the Imperial Centuries a. D. 610-1071*. New York: Random House, [ ? ]. pp. 15-29.

KAPLAN, Michel. *Les Hommes et la Terre à Byzance du VI au XI siècle: propriété et exploitation du sol*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1992.

KINDER, Hermann; HILGEMANN, Werner. *Atlas Histórico Mundial: de los orígenes a la Revolución Francesa*. Vol 1. Madrid: Ediciones ITSMO, 1988.

LAIYOU, Angelic E.; SIMON, Dieter. *Law and Society in Byzantium, ninth-twelfth centuries*. Dumbarton Oaks Research Library and Collection. Washington, D.C.: Harvard University Press, 1994.

LEMERLE, Paul. "Esquisse por une histoire agraire de Byzance: les sources et les problèmes." In: *Revue Historique*; Paris, 1958, nº 219 e 220. pp. 32-74.

\_\_\_\_\_. *História de Bizâncio*. Tradução de Marilene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LOT, Ferdinand. *O fim do mundo antigo e o principio da idade média*. Tradução de Emanuel Godinho. Lisboa: Edições 70, 1985.

MAIER, Franz Georg. "Fundamentos y comienzos de la história Bizantina: la época de Justiniano y Heraclio" (518-717). In: *Bizancio*. [Tradução de Pedro Viadero]. Madrid: Siglo Veintiuno, 1986. pp. 38-81.

\_\_\_\_\_. *Las transformaciones del mundo mediterráneo*. (siglos III-VIII). Vol 9. Tradução de Pedro Viadero. Madrid: Siglo Veintiuno, 1986.

OSTROGORSKY, Georg. *Historia del Estado Bizantino*. Tradução de Javier Facci. Madri: Akal Editor, 1983.

RICE, David T. *Os Bizantinos*. Tradução de Maria Ondina. Lisboa: Editorial Verbo, 1970.

RUNCIMAN, Steven. *A Civilização Bizantina*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

SPEROS VRYONIS, Jr. "The impact of Hellenism: Greek culture in the Moslem and Slave world". In: BROWNING, R. (org). *The Greek World: Classical, Byzantine and Modern*. London: Thames & Hudson, 1999. pp. 253-262

VASILIEV, A. A. “La epoca de la dinastia de Heraclio”(610-717). In:\_. *História del Imperio Bizantino: de Constantino a las Cruzadas (324-1081)*. Tomo Primero. Cap. III. Barcelona: IBERIA Ed., [1920-1935]. pp. 245-294.

VERNADSKY, Georges. *Sur les origenes de la Loi agraire Byzantine*. R. Byzantium, 2, 1925.

### DICIONÁRIOS

*THE OXFORD DICTIONARY OF BYZANTIUM*. KAZHDAN, Alexander P. (ed.). New York: Oxford University Press, 1991. 3v, 2.232p.

*THE AMERICAN HERITAGE DICTIONARY*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1991.

*LE ROBERT MICRO: dictionnaire de la langue française*. REY, Alain (dir.). Edition poche. Imprimé en France par Maury-Eurolivres, janvier 2002.